



Brasília, 2 de junho de 2023

AJUSTE SOCIAL VAI NA CONTRAMÃO DE CONQUISTAS SOCIAIS

O PLP 93/2023, que prevê a criação do 'Novo Arcabouço Fiscal', segue a lógica neoliberal de penalizar a classe trabalhadora e o povo pobre, limitando os investimentos nas áreas sociais (educação, saúde, assistência) para garantir o pagamento de juros e amortizações da ilegítima dívida pública aos banqueiros.

O novo Arcabouço Fiscal, projeto que foi associado a interesses do mercado financeiro e apontado como um modelo que não quebra efetivamente o atual 'teto dos gastos' seguirá asfixiando os serviços públicos e limitando as políticas sociais.

Se aprovado o Arcabouço Fiscal, o governo fica, no primeiro ano, proibido de tomar iniciativas que impliquem em aumento de despesas: criação de cargos, alteração de estrutura de carreira; criação de auxílios; criação de despesas obrigatórias e concessão de benefícios tributários.

No segundo ano de descumprimento, também ficam proibidos: reajustes de servidores; admissão ou contratação de pessoal e realização de concurso público, exceto para reposições de vacâncias. Compromete a discussão da política salarial dos servidores e, em especial da nossa carreira. O governo fica proibido de investir em pessoal se não atingir as metas impostas pelo novo teto de gastos.

Diante disto, o XXIV CONFASUBRA aprovou resolução contrária ao ARCABOUÇO FISCAL, com plano de lutas para evitar mais esse ataque aos serviços e servidores (as) públicos.

Neste sentido, a FASUBRA Sindical estará acompanhando, avaliando os cenários nos próximos dias, propondo e construindo com o Fonasefe ações para o enfrentamento contra o Arcabouço Fiscal, convocando as bases para se organizar e mobilizar-se!

A Direção Nacional orienta as bases para:

1 - Rodada de Assembleias de 5 a 7 de junho para deliberar sobre as atividades a serem realizadas no dia 13 de junho, com mobilização, paralisação e/ou atos conjuntos com as demais categorias e movimentos sociais.

2 - Dia 13 de junho - Dia nacional contra o Arcabouço Fiscal

3 - Estado de mobilização permanente até a votação do Arcabouço Fiscal, com informações atualizadas para a categoria.

4 - Pressão nos aeroportos, em Brasília e nos estados.

5- Envio de representações das entidades de base para Brasília, a partir da semana do dia 12.

6 - Atividades nos estados junto aos parlamentares (com foco nos senadores), com agendamento de reuniões e visitas aos escritórios políticos dos mesmos.

7 - Campanha nas redes sociais para ampla divulgação junto à categoria e sociedade dos malefícios deste Arcabouço Fiscal.

8 - Marcar audiências públicas regionais e estaduais para informar a sociedade sobre o perigo do Arcabouço Fiscal nos investimentos sociais, na saúde e na Educação.



PARTICIPAÇÃO DA FASUBRA NA AUDIÊNCIA SOBRE A REDISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS

A audiência foi proposta pela deputada Federal Fernanda Melchionna que solicitou a discussão da Portaria SERGT/MGI n. 619/2023. A portaria estabelece orientações e procedimentos no âmbito da Administração Pública sobre a redistribuição de cargos efetivos ocupados e vagos. A FASUBRA esteve com as coordenadoras-gerais Cristina Del Papa, Ivanilda Reis e Loiva Chansis e as coordenadoras de Administração Melissa e Márcia Abreu. Compuseram a mesa FASUBRA, representada pela coordenadora-geral Cristina Del Papa. Também compuseram a mesa ANDES, SINASEFE, ANDIFES. A ministra de gestão declinou do convite. O debate centrou na portaria, de redistribuição que veio de forma restritiva, ignorando as diversas realidades das Universidades e IFEs. A audiência foi proposta de novamente rediscutir pontos que ainda permanecem, restringindo a mobilidade de servidores que estão em estágio probatório, servidores em licenças de saúde. Foi feito por todos os componentes da mesa na audiência uma crítica quanto a ausência da ministra.

O GOVERNO INFORMOU UMA NOVA SOLICITAÇÃO DE RECADASTRAMENTO

O ministro da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) abriu, a partir do dia 1º de junho, o prazo para atualização cadastral dos servidores e servidoras ativos e aposentados da administração pública federal direta e indireta. Devem realizar a atualização cadastral inclusive aqueles que se encontram cedidos, afastados, licenciados ou fora do país.

A atualização cadastral deve ser feita exclusivamente no aplicativo SOUGOV.BR ou na sua versão web.

CALENDÁRIO	
JUNHO	
13	DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA O ARCABOUÇO FISCAL
	LANÇAMENTO DA FRNTE PARLAMENTAR MISTA DO SERVIÇO PÚBLICO NO AUDITÓRIO NEREU RAMOS
JULHO	
13 e 14	REUNIÃO DA DN
15 e 16	PLENÁRIA DA FASUBRA